



# Câmara Municipal de Curitiba

## PROPOSIÇÃO N° 416.00007.2022

A Vereadora **Carol Dartora**, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

### **Requerimento de Moção de apoio ou desagravo**

#### **EMENTA**

Requer Moção de Apoio à mobilização dos servidores públicos estaduais pelo pagamento da data-base com reposição das perdas da inflação.

Requer à Mesa, na forma regimental, que seja inserida em ata e encaminhada ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior, e ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano, Moção de Apoio à mobilização dos servidores públicos estaduais pelo pagamento da data-base com reposição das perdas da inflação.

Palácio Rio Branco, 15 de junho de 2022

**Carol Dartora**  
Vereadora

#### **Justificativa**

Os servidores públicos estaduais estão realizando neste mês de junho uma série de atividades com o objetivo de sensibilizar o governo do Paraná quanto a urgência de pagar a data-base, para repor as perdas salariais da categoria.

O governo do Paraná deve mais de 36% ao funcionalismo público a título de reposição salarial. Desde 2016 os servidores não recebem o reajuste integral da inflação. É como se, nos últimos cinco anos, o servidor trabalhasse um ano inteiro sem receber. Isso é uma injustiça. É penalizar o trabalhador por uma culpa que ele não tem.

Devido ao ano eleitoral, o dia 1º de julho é a data limite para o governo sancionar uma proposta de recomposição de 15,39%. Esse percentual é a soma da data-base de 12% desse ano, mais 3,39% devidos pelo governo desde 2015.

Segundo números apresentados pelo próprio governo, sobram recursos no caixa do Estado. A prestação de contas feita no início do ano pelo secretário da Fazenda mostrou que o governo teve superávit de R\$ 7,2 bilhões em 2021. De janeiro a maio deste ano, houve crescimento da arrecadação de impostos na ordem de 28%.

Percentualmente, os custos com salários do funcionalismo público do Paraná, que em 2018 significavam 44,56% da receita do Estado, caíram para 38,99% em 2021. O Estado ainda abre mão de arrecadar R\$ 17,4 bilhões em impostos por conceder isenções fiscais para grandes empresas.

Ou seja, a arrecadação cresceu, os custos com o funcionalismo caíram, demonstrando que é possível pagar o reajuste da inflação. Mas é preciso sensibilidade, diálogo honesto e vontade política para fazer justiça e pagar o que é devido ao funcionalismo estadual.

Valorizar o servidor público é respeitar a população e permitir que ela tenha condições de ser bem atendida. Não conceder os direitos do funcionalismo é precarizar o serviço público e penalizar as pessoas que mais precisam do apoio do Estado. Data-base é direito e o governo tem dinheiro.

Não há dúvidas, portanto, do quanto é fundamental que essa Casa de Leis aprove essa moção de apoio a essa causa justa, de modo a demonstrar a importância do diálogo e de decisões que atendam as reivindicações da classe trabalhadora que constrói o Paraná.

Certa da compreensão dos nobres pares, solicito o apoio para que esta moção seja aprovada nesta Casa Legislativa, inserida em ata e encaminhada ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior, e ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano.

Curitiba, 15 de junho de 2022.